

E eu, não sou mulher?

Sendo uma mulher preta, eu constantemente me vejo tentando compensar a minha raça, como se ela fosse algum demérito meu. Desde o tempo da escola, quando eu fazia questão de ser a melhor da turma, a mais gente boa, a mais agradável. Não era porque eu me achava inteligente, engraçada e simpática. Eu já era preta, não dava para ostentar nenhum outro defeito, minha cota já estava saturada.

E a medida que fui crescendo, minhas técnicas de compensação só se tornaram mais refinadas. Mas estão aqui, nos elogios que nunca aceito, na dificuldade em dizer não, na rapidez em achar justificativa para o racismo/machismo alheio.

É claro que eu percebo como reproduzo automaticamente uma lógica cruel contra mim mesma. Mas a medida que reflito sobre o assunto, é difícil não perceber, obviamente, a culpa da sociedade e suas estruturas no assunto. E eu poderia enfrentar essa culpa a partir de diversos ângulos, mas hoje quero abordar o imaginário.

Semana passada fiz audiência em uma Vara do Trabalho muito boa de se trabalhar, mas era perceptível a dificuldade de muitos advogados em me perceberem como a juíza de cara. É claro que isso traz a questão como eu gostei tanto de trabalhar em um lugar que me lembrava constantemente o meu não pertencimento, o quanto de violência eu naturalizei? Mas isso é para outro papo.

Aqui, queria trazer a questão da imagem. Qual a imagem do judiciário. É preciso, claro, reconhecer que a imagem faz parte do próprio funcionamento de nosso cérebro. Criamos atalhos mentais para podermos dar respostas mais rápidas às questões cotidianas. Mas enquanto o atalho mental dedicado a pessoas brancas está aberto de possibilidades, o das pessoas negras é preso no que Chimamanda chama de “história única”. Assim, enquanto um homem branco na sala de audiência pode ser absolutamente qualquer pessoa (do juiz ao réu), a mulher negra sem dúvida será tida como parte, ainda que na cadeira do juiz, ainda que de toga (sim, pasmem, não há símbolo que me blinde do racismo).

O problema desses atalhos mentais lastreados em uma única história do negro, é que essa história não é de liberdade ou mesmo de igualdade! É uma história brutal de servidão forçada, e não falo só da escravização de outrora. Falo de hoje, de meninos e meninas que ainda sentem que precisam compensar “o defeito de cor”.

Esse esvaziamento da existência negra, em especial de mulheres negras, gera, para além dos inúmeros problemas que todos nós conhecemos ou devíamos conhecer, a repetição de uma violência. A todo tempo, somos lembradas que não pertencemos, que não somos, que não há lugar de paz para nós. Não há repouso ou local seguro, a todo instante em qualquer lugar, você será jogada para a zona do não ser (Fanon), reduzida a uma charge mal diagramada de uma existência desalojada de si.

Constatar isso é, por si só, violento. É duro reconhecer que, independentemente de quem eu seja ou do que faça, as pessoas já possuem um lugar na prateleira, inferior e empoeirado, para me colocar.

A luta por mudar a imagem do judiciário não é “só” uma demanda da própria democracia, mas também um compromisso com a não violência contra inúmeros mulheres que querem viver para além das limitações dos imaginários, dos estereótipos e dos preconceitos .

Falar dessas violências é resistir a naturalizar costumes sociais que me desumanizam. É para as meninas mulheres que sofreram e sofrem na tentativa de se adequarem a uma sociedade que não as querem como são. Lançadas para uma existência esvaziada, para a zona do não-ser, presas na história única que sequer lhes pertence, é na escrita coletiva de nossas vivências que conseguem reunir força para, de forma urgente e radical, simplesmente existirem em toda a sua complexidade.

Texto originalmente publicado na página Gênero e Número.